ISSN: 2358-8829

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

Laíse Helena Galdino Souza da Silva [1]
Nathielly Darcy Ribeiro [2]

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a discussão sobre o tema, é importante compreender o significado da inclusão. Incluir significa permitir que alguém faça parte de determinado espaço ou contexto. Entretanto, no âmbito educacional, a inclusão vai além da simples inserção do estudante no ambiente escolar, envolvendo também o acolhimento, a adaptação das práticas pedagógicas e a promoção de condições que assegurem sua participação e aprendizagem.

Trazer essa igualdade de oportunidade dentro da educação é um movimento que resulta em processo histórico de reivindicação e reconhecimento de direitos, na qual pessoas que lutam por tal direito se veem muitas vezes sem instrumentos adequados para enfrentar de forma justa.

A educação inclusiva de adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda apresenta desafios no contexto escolar brasileiro, apesar dos avanços legais, como a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Entretanto, a garantia desse direito não deve se limitar ao acesso à escola, sendo necessário considerar também as condições que possibilitam a participação e a aprendizagem dos estudantes.

[1] Graduanda do Curso de Psicologia da Faculdade CESPU Europa - PE, laisegaldino.psi@gmail.com;
[2] Doutora pelo Curso de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - PE, nathiellydarcyribeiroaraujo@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

Embora o reconhecimento legal dos direitos educacionais das pessoas autistas represente um avanço, sua efetivação depende de condições institucionais, pedagógicas e materiais que permitam transformar as garantias normativas em práticas concretas. Nesse sentido, torna-se necessário repensar a maneira como a educação é conduzida no contexto da inclusão de estudantes com TEA, buscando superar modelos tradicionais de ensino que não contemplam adequadamente a diversidade de necessidades educacionais. Esse movimento exige a construção de práticas pedagógicas mais flexíveis, capazes de reconhecer e respeitar as particularidades de cada estudante.

No entanto, mesmo diante de iniciativas de formação continuada, ainda é latente a existência de professores e gestores que enfrentam barreiras relacionadas às adaptações curriculares, metodologias de ensino e à insuficiência de materiais pedagógicos adequados às necessidades individuais de cada jovem. Essa carência pode repercutir nas metodologias de ensino e dificultar a participação desses estudantes no processo educacional.

O interesse por esta investigação surgiu por meio de experiências vivenciadas no acompanhamento terapêutico escolar de experiência no acompanhamento terapêutico escolar de uma adolescente com TEA, contexto que despertou reflexões sobre as dificuldades relacionadas à implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A partir dessas inquietações, buscou-se aprofundar a compreensão do tema por meio da literatura científica, especialmente no que se refere às adaptações curriculares, à disponibilidade de recursos pedagógicos e aos desafios enfrentados por professores e gestores escolares.

A investigação das dificuldades relacionadas à implementação de práticas pedagógicas inclusivas para adolescentes com TEA mostra-se relevante diante da necessidade de compreender como as condições oferecidas pelas instituições escolares podem influenciar as oportunidades de aprendizagem desses estudantes. Considerando que os adolescentes autistas apresentam diferentes características e necessidades educacionais, torna-se importante discutir a adoção de estratégias pedagógicas que respeitem suas particularidades e favoreçam sua participação nas atividades escolares.

Nesse contexto, as barreiras enfrentadas por professores e gestores, relacionadas à formação profissional, às adaptações curriculares, à estrutura institucional e à disponibilidade de recursos didáticos, representam questões importantes para a efetivação da educação inclusiva. A permanência dessas dificuldades pode limitar as condições de participação e aprendizagem dos adolescentes com TEA, evidenciando a necessidade de

ISSN: 2358-8829

investigar os obstáculos que interferem na implementação de práticas pedagógicas adequadas às suas necessidades.

Diante disso, surge a seguinte questão: no contexto escolar brasileiro, quais as dificuldades mais latentes enfrentadas pelos professores e gestores na implementação de práticas pedagógicas de inclusão para adolescentes com TEA? A partir dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo investigar essas dificuldades, especialmente aquelas relacionadas às adaptações curriculares, às metodologias de ensino e à insuficiência de recursos didáticos específicos, buscando entender de que maneira essas dificuldades interferem na efetivação da educação inclusiva e na participação desses jovens no ambiente escolar.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada nas discussões teóricas de Mantoan (2003) e Glat (2007) sobre educação inclusiva, bem como em produções científicas relacionadas ao autismo, às práticas pedagógicas e aos desafios enfrentados por professores e gestores escolares. A ideia central do estudo é a busca da compreensão, por meio da literatura especializada, as condições que favorecem ou dificultam a implementação de estratégias educacionais inclusivas voltadas aos adolescentes com TEA.

Os resultados apresentados no levantamento bibliográfico apontam dificuldades relacionadas à adaptação de currículos e avaliações, sobrecarga do docente, limitações financeiras do colégio que podem interferir na disponibilização de materiais pedagógicos adequados. Dessa forma, a pesquisa evidencia a importância de ampliar os recursos e fortalecer práticas educacionais que considerem as particularidades e necessidades de cada adolescente com TEA, de modo a favorecer sua participação no processo de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos teóricos de Mantoan (2003) e Glat (2007), de natureza bibliográfica, sobre educação inclusiva. A investigação foi desenvolvida a partir de produções científicas sobre a inclusão escolar, voltada especificamente para a análise dos desafios relacionados à implementação de práticas pedagógicas inclusivas para adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar brasileiro.

ISSN: 2358-8829

O levantamento bibliográfico teve caráter exploratório, sendo realizado por meio de pesquisas na plataforma Google e na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), com o objetivo de identificar autores e produções científicas relacionadas à educação inclusiva de adolescentes com TEA. A busca foi direcionada ao levantamento de estudos que abordassem as dificuldades enfrentadas por professores e gestores escolares, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas, às adaptações curriculares e às condições institucionais necessárias à inclusão escolar.

A busca e identificação das publicações ocorreu de maneira exploratória, a partir da pesquisa por autores e estudos relacionados à temática investigada. A relevância das produções para a pesquisa é considerada a partir de sua relação com o problema investigado, observando-se as contribuições que oferecem para a compreensão das barreiras pedagógicas e institucionais. Também se considera a etapa de escolarização abordada em cada estudo, que é de suma importância, de modo a diferenciar as discussões específicas sobre adolescentes daquelas que tratam da inclusão escolar de pessoas autistas de maneira mais ampla.

A literatura é examinada a partir de quatro eixos temáticos: dificuldades nas adaptações curriculares e avaliações; disponibilidade de materiais pedagógicos adequados; desafios enfrentados pelos docentes; e condições institucionais e financeiras relacionadas à implementação das práticas inclusivas. A análise busca estabelecer relações entre as contribuições dos autores consultados, identificando aproximações e diferenças nas discussões sobre a educação inclusiva e considerando os limites das evidências disponíveis para o recorte da adolescência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante a história da educação, houve várias transformações relacionadas às diferentes concepções de ensino, aprendizagem e diversidade humana. Atualmente há a educação inclusiva que abarca exatamente o fato de trazer para perto alunos que necessitam de um olhar mais direcionado e específico para que haja uma tentativa de compreensão dos assuntos abordados em sala de aula e não ter apenas a presença de estudantes com deficiência nas instituições escolares sem qualquer tipo de apoio.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, Mantoan (2003) discute a necessidade de repensar a organização escolar e as práticas tradicionais de ensino, considerando a diversidade dos estudantes como parte integrante do processo educacional.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como a garantia de matrícula sem haver estruturas adequadas, bem como é vedado durante o ano letivo não dar o devido apoio pedagógico para os jovens autistas. A presença do estudante em sala de aula, por si só, não assegura sua inclusão efetiva.

Inclusão não é inserir um aluno para ler uma parte pequena do slide em uma apresentação de trabalho, por exemplo, mas sim inseri-lo nos debates em sala de aula, extrair dele o que ele entende sobre determinado assunto para que ele possa se sentir pertencente àquele lugar. É necessário considerar diferentes possibilidades de envolvimento nas atividades, respeitando suas formas de comunicação, expressão e aprendizagem.

No caso dos adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), existe na prática uma gama de características e necessidades educacionais no que tange às avaliações e materiais didáticos, pois mesmo havendo estudantes com o mesmo diagnóstico ou mesmo nível de suporte, podem apresentar adaptações diferentes. Com isso, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas necessita de atenção às particularidades de cada adolescente, evitando a adoção de procedimentos padronizados que desconsiderem suas necessidades individuais.

A preparação dos professores no planejamento de aula e confecções de atividades adaptativas para cada aluno que possui essa necessidade, na prática, tem sido desafiador, porque o tempo que o professor possui para realizar essas confecções não abrange a quantidade de alunos diagnosticados que necessitam desse suporte. E é exatamente nesse ponto que se observa a importância do apoio institucional para que as adaptações pedagógicas não dependam exclusivamente dos esforços individuais dos professores.

Portanto, edificar um ambiente escolar inclusivo requer a articulação entre práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos adolescentes com TEA e o compromisso institucional com sua participação e aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As referências utilizadas apontam dificuldades na literatura consultada apontando desafios na realização de práticas pedagógicas inclusivas para estudantes com TEA, especialmente relacionados às adaptações curriculares, à formação docente e às condições institucionais. Essas obstruções permitem entender algumas das questões que podem comprometer a participação e na aprendizagem dos estudantes no ambiente escolar.

As dificuldades relacionadas às adaptações curriculares constituem um dos desafios discutidos na literatura. Schmidt *et al.* (2016) abordam obstáculos relacionados à preparação dos professores e à adequação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes autistas. De maneira semelhante, Camargo *et al.* (2020) destacam a importância da formação continuada para o desenvolvimento de estratégias de ensino e avaliação que considerem as particularidades desses estudantes.

Paralelamente à formação, as condições estruturais regulam as iniciativas de inclusão. Enquanto Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) evidenciam a insegurança docente e os obstáculos na organização didática para o TEA, nota-se que a formulação de atividades personalizadas aumenta as demandas funcionais, agravadas pela falta de tempo hábil e de subsídios institucionais.

A dedicação para criação de recursos didáticos também representa um ponto importante. A insuficiência de materiais apropriados e de apoio pedagógico pode prejudicar ainda mais as adaptações e limitar as estratégias disponíveis aos professores. Contudo, essas barreiras não devem ser concedidas apenas às limitações financeiras, porque também envolvem o planejamento e a organização das instituições escolares.

A gestão escolar possui um papel de suma importância, principalmente no que tange ao fornecimento de recursos e materiais, bem como no elo entre os profissionais. Assim, os estudos elencados apontam que os entraves de concretização das práticas inclusivas são rodeados de fatores pedagógicos e institucionais. A questão da formação docente, adaptações curriculares e acessibilidade dos recursos necessitam ser validadas de forma entrelaçadas no sentido de beneficiar a participação e aprendizagem dos estudantes com TEA.

Por último, mas não retirando o mérito, cabe pontuar que parte das pesquisas consultadas aborda estudantes autistas adolescentes. Sendo assim, seus resultados somatizam para o entendimento das dificuldades da inclusão escolar, no entanto não

ISSN: 2358-8829

podem ser totalmente generalizados, tendo em vista que cada aluno tem suas demandas, adaptações e níveis de suporte diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo examinar os principais entraves na rotina dos educadores e gestores escolares na efetivação da educação inclusiva para adolescentes com TEA no contexto escolar brasileiro.

O levantamento bibliográfico tornou clara as dificuldades encontradas sobre as adaptações curriculares e avaliativas, a formação docente e as condições institucionais para o desenvolvimento pedagógico adequado. Tais fatores evidenciam que a concretização da inclusão escolar vai além da atuação docente, exigindo também o suporte das instituições de ensino.

Sob essa ótica, evidencia-se a necessidade de fortalecer a formação continuada, aumentar a disponibilidade de recursos didáticos e fomentar o planejamento conjunto entre professores e gestores. Essas ações têm o potencial de contribuir para a consolidação de experiências escolares que validem as particularidades dos adolescentes com TEA e estimulem a sua inclusão.

Como limitação do estudo, observa-se que parte das pesquisas consultadas aborda estudantes autistas de diferentes faixas etárias, sem se concentrar especificamente na adolescência. Dessa forma, destaca-se a necessidade de ampliar as investigações sobre os desafios da inclusão escolar de adolescentes com TEA, especialmente em relação às adaptações pedagógicas e às condições institucionais.

Portanto, salienta-se que consolidar a inclusão vai muito além do acesso à escola. É imprescindível assegurar a participação ativa dos estudantes com TEA no contexto educacional, transcendendo a mera inserção física do aluno em uma sala de aula comum, onde, sem o devido suporte metodológico e institucional não se pode falar em acolhimento e muito menos em inclusão real.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Adolescentes; Autismo; Práticas Pedagógicas; Gestão Escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Nathielly Darcy Ribeiro pela orientação, dedicação e parceria na construção deste artigo. Sua contribuição dentro e fora da sala de aula foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e para que este trabalho se tornasse possível.

Agradeço também à minha companheira, Fábia Galdino, pelo incentivo, apoio e companheirismo diário. Sua presença e seu estímulo constante são essenciais para minha trajetória acadêmica e para minha formação como uma profissional cada vez mais competente e comprometida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 out. 2026.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher *et al.* Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e214220, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-4698214220.

GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. I**nclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SCHMIDT, Carlo *et al.* Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 222-235, 2016. DOI: https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v18n1p222-235.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e**

Educacional, v. 24, e217841, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841.